



QUALIDADE E EQUIDADE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA NO ENSINO FUNDAMENTALⁱ

QUALITY AND ENQUITY OF OFFER CONDITIONS IN ELEMENTARY SCHOOL

CALIDAD E ECUIDAD DE LAS CONDICIONES DE OFERTA EN EDUCACIÓN BÁSICA

Aline Kazuko Sonobe¹
José Marcelino de Rezende Pinto²

RESUMO: Este trabalho visa analisar as condições de oferta do ensino oferecido no município de Ribeirão Preto, São Paulo, em suas relações com as condições socioeconômicas da população das áreas nas quais se encontram as instituições de ensino. Busca-se analisar se a política educacional apresenta um componente de equidade, disponibilizando escolas com materiais adequados nas regiões mais carentes do município. Utilizou-se uma abordagem quantitativa, com microdados do Censo Escolar (2010) e do Censo Demográfico (2010). Os resultados obtidos ressaltam a precariedade do ensino público oferecido no município, de uma maneira geral, e apontam para o fato de que as escolas situadas nas regiões mais pobres do município tendem a apresentar piores condições de oferta, em especial no que se refere à razão de alunos/turma e infraestrutura. Essa constatação evidencia a necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades de diferentes naturezas no âmbito escolar, na perspectiva de se atender o princípio constitucional que determina a igualdade de oportunidades educacionais. Para tanto é indispensável maior investimento, pois muitas questões educacionais, em especial no que se refere às condições de oferta, estão diretamente vinculadas a um financiamento adequado.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de acesso à escola. Equidade em educação. Políticas públicas em educação.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the conditions of supply of education offered in the schools of Ribeirão Preto city, São Paulo state, in its relations with the socioeconomic conditions of the population of the areas in which they are. It seeks to analyze if the educational policy has a component of equity, providing schools with adequate conditions in the poorest regions of the municipality. We used a quantitative approach with the School Census microdata (2010) and Population Census (2010). The results underscore the precariousness of public education offered in the city, in general and point to the fact that schools in the poorest areas of the city tend to have poor conditions, especially regard to the ratio students/class and infrastructure. This finding highlights the need to prepare aimed at reducing inequalities of different kinds in schools with a view to meet the constitutional principle that determines the equal educational opportunities. For this much more investment is vital, in particular as regards the conditions of the offer, are directly linked to adequate funding.

KEYWORDS: Access to education. Democratization of education. Educational opportunities.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo – *campus* Ribeirão Preto – Ribeirão Preto, SP – Brasil – E-mail: kazuko@usp.br

² Doutor em Educação, Professor do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Universidade de São Paulo - *campus* Ribeirão Preto – Ribeirão Preto, SP – Brasil – E-mail: jmrpinto@ffclrp.usp.br

Recebido em: 14/11/2014 - **Aceito em:** 09/03/2015

RESUMEN : Este trabajo tiene como objetivo analizar la educación ofrecida en Ribeirão Preto, São Paulo, en sus relaciones con las condiciones socioeconómicas de la población de las zonas en que se las instituciones de enseñanza están. Buscose analizar si la política educativa presenta componente de equidad, con disposición en las escuelas de insumos adecuados en las regiones más pobres del municipio. Utilizóse un enfoque cuantitativo con los microdatos del Censo Escolar (2010) y del Censo (2010). Los resultados ponen de manifiesto la precariedad de la educación pública que se ofrece en la ciudad en general y señalan el hecho de que las escuelas en las zonas más pobres de la ciudad tienden a tener suministro de gas pobre, sobre todo en lo que respecta a la relación de alumnos / clase e infraestructura. Este hallazgo pone de manifiesto la necesidad de preparar el objetivo de reducir las desigualdades de diferentes clases en las escuelas con el fin de cumplir con el principio constitucional que determina la política de igualdad de oportunidades educativas. Para mucha más inversión es vital, ya que muchos temas educativos, en particular en lo que se refiere a las condiciones de la oferta, están directamente relacionadas con la financiación adecuada.

PALABRAS CLAVE: Acceso a la educación. Democratización de la educación. Oportunidades educacionales.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira alcançou avanços significativos ao longo dos séculos, tanto no aspecto legislativo quanto institucional, resultado de muitas lutas sociais na busca por um ensino de qualidade (MOSNA, 2008; CURY, 2008), porém ainda são inúmeros os desafios a serem superados. Entre eles destacam-se: universalização do acesso, permanência e conclusão na educação básica (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007; ARAÚJO; CONDE; LUZIO, 2004) e a garantia de equidade das condições de oferta (ALVES; GOUVÊA; VIANA, 2012; SILVA, 2010).

A desigualdade que marca o ensino no país configura-se na presença permanente dos “atingidos pela privação” (CURY, 2008, p. 207) do direito à educação escolar, em geral sujeitos pertencentes às “classes menos favorecidas” (CURY, 2008, p. 214). Ainda que a educação tenha sido reconhecida como um dos direitos sociais garantidos para todos os cidadãos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/ 1988), em seu Art. 6º, milhões de brasileiros permanecem excluídos desse direito, seja no sentido literal, seja na concepção de exclusão como um processo que inclui os sujeitos sob condições precárias (CASTEL, 1997; CURY, 2008), configurando-se uma inclusão excludente.

Considerando a importância da garantia das condições de oferta adequadas (que abrange a infraestrutura escolar, disponibilidade de equipamentos, quantidade de alunos por turma, formação docente entre outros), entendida como um dos requisitos necessários para efetivação da qualidade de ensino (CARREIRA; PINTO, 2007), este trabalho tem como objetivo a análise das condições de oferta do Ensino Fundamental oferecido em Ribeirão Pretoⁱⁱ relacionada ao nível socioeconômico da população residente nas Áreas de Ponderaçãoⁱⁱⁱ (AP), nas quais se localizam as instituições de ensino. Em outras palavras, busca-se analisar se a política educacional apresenta um componente de equidade, procurando disponibilizar escolas com insumos adequados nas regiões mais carentes do município.

A escolha da etapa de ensino – Ensino Fundamental – deu-se considerando sua quase universalização de atendimento, a fim de comparar escolas em uma etapa em que a maioria das crianças e jovens têm acesso, pois nas etapas em que o atendimento é muito aquém da demanda, como a Educação Infantil, por exemplo, sabe-se que a falta de equidade já se dá no próprio acesso (PINTO e ALVES, 2011).

2. EQUIDADE NA OFERTA EDUCACIONAL

A garantia da equidade é vista como uma questão-chave para alcançar um ensino de qualidade em sua plenitude. Essa discussão é essencial em um país como o Brasil, marcado por fortes desigualdades socioeconômicas^{iv} e educacionais. Aprofundando nessa discussão, o Observatório da Equidade afirma que a iniquidade social se reflete na iniquidade educacional, assim, “a educação, ao ser analisada na perspectiva da equidade”, denuncia

de forma contundente as consequências e ao mesmo tempo a natureza estrutural das iniquidades no Brasil. Isto porque o patrimônio educativo da população se relaciona diretamente com a estrutura social brasileira, profundamente injusta – iníqua. (BRASIL, 2009, p. 14)

Considerando essa realidade, Pinto (2006, p. 204) argumenta que “[...] o debate sobre qualidade não pode ser dissociado daquele que trata da quantidade”, já que “não adianta haver boas escolas para poucos”. No mesmo sentido, Carreira e Pinto (2007, p. 40) indicam a necessidade de se analisar “de que forma a oferta de serviços educacionais atua no sentido de reforçar, ou minimizar, essas disparidades”.

No entanto, apesar de um dos objetivos do ensino estabelecidos pela Lei Maior seja a eliminação, ou redução das desigualdades,

[...] a análise dos poucos dados disponíveis mostra que o sistema educacional tende a oferecer menos para quem já têm menos. Isso é [observado] mesmo quando [considera] apenas o sistema público, pois a experiência mostra que as escolas públicas situadas nas periferias apresentam condições de funcionamento e de qualificação dos professores muito mais precárias do que aquelas demonstradas por escolas situadas em regiões mais afluentes. O resultado natural desse processo é que o sistema acaba reproduzindo as desigualdades existentes na sociedade brasileira, atuando como um filtro socioeconômico e étnico. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 41)

Bourdieu (2003, p. 41) argumenta que o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais”. Embora esse autor não tenha refletido sobre a realidade brasileira (tanto no tempo quanto no espaço), seu argumento chama a atenção para o fato de que, uma escola, inserida em uma sociedade capitalista, possui mecanismos que corroboram na reprodução das desigualdades.

Ainda nessa discussão, Spósito (2003) também chama a atenção para “a reprodução estrutural da fragilidade social” (BRASIL, 2009, p. 14), relacionando-a com a aparente universalização do ensino, que não veio acompanhada da garantia de condições igualitárias de oferta.

Na Tabela 1, foi analisada a disponibilidade de laboratórios de informática e ciências, quadra de esportes, computador e biblioteca/ sala de leitura nas três redes de ensino público no ano de 2010, com base no Censo Escolar 2010. É possível observar uma grande desigualdade nas condições de oferta. Os dados apontam que as instituições federais são aquelas melhor equipadas, enquanto a rede municipal é a que se encontra em pior condição. Considerando que 55% da matrícula de Ensino Fundamental no Brasil encontram-se nessa última rede, enquanto a rede federal apresenta uma participação ínfima (menos de 1%) na matrícula total, constata-se o quão distante encontra-se o país na garantia de insumos que são essenciais para oferecer um ensino com padrões mínimos de qualidade. A rede estadual, que responde por 33% da matrícula total, apresenta uma oferta de insumos um pouco melhor quando comparada à rede municipal, mas mesmo assim apresenta indicadores muito baixos no que se refere à presença de laboratórios de ciências e mesmo quadras de esportes.

Tabela 1 - Escolas públicas de Ensino Fundamental localizadas na área urbana com biblioteca, computador, laboratórios de informática e ciências e quadra de esportes segundo dependência administrativa (% do total). Brasil, 2010

Infraestrutura das escolas	Federal	Estadual	Municipal	Total
Biblioteca/ sala de leitura	97,7	84,9	61,5	74,1
Computadores	97,7	98,6	91	94,2
Laboratório de Ciências	86,4	30,6	6,4	19,9
Laboratório de Informática	95,5	85,9	56,1	65,2
Quadra de Esportes	93,2	68,3	44,7	55,3

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010

A análise da disponibilidade dos mesmos insumos agora com base na localização evidencia a disparidade de condições de oferta entre as escolas urbanas e rurais, como mostra a Tabela 2. Segundo Carreira e Pinto (2007, p. 42) “quando se analisa a equidade na oferta de educação, outra dicotomia que aparece é aquela que separa as escolas do campo das urbanas”. Cabe comentar, contudo, que os resultados são influenciados pelo fato de a maioria das escolas rurais oferecerem apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse dado, de toda forma, já é um indicador da negação de um direito básico às crianças do campo, que é a garantia do Ensino Fundamental completo na zona rural.

TABELA 2 - Escolas públicas de Ensino Fundamental com biblioteca, computador, laboratórios de informática e ciências e quadra de esportes segundo localização (% do total de estabelecimentos). Brasil, 2010.

Infraestrutura das escolas	Urbana	Rural	Total
Biblioteca/ sala de leitura	70,8	13,5	38
Computadores	94	25,9	55
Laboratório de Ciências	16,1	0,9	7,3
Laboratório de Informática	68	13	36,4
Quadra de Esportes	54,1	7,7	27,5

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010.

Na Tabela 2, todos os índices de insumos das escolas situadas na zona rural não chegam a 30% do total, mostrando assim a precariedade das condições de oferta em comparação com aquelas situadas na zona urbana. Entre os insumos, cabe destacar a baixa presença de biblioteca/sala de leitura que, inegavelmente, é um recurso imprescindível em uma instituição escolar, por contribuir significativamente nos processos de ensino-aprendizagem, ampliando a bagagem cultural dos alunos. Pode-se dizer, assim, concordando com as palavras de Oliveira e Araújo (2005, p. 13), que

[...] o direito à educação tem sido mitigado pelas desigualdades tanto sociais quanto regionais, o que inviabiliza a efetivação dos dois outros princípios brasileiros da educação entendida como direito: a garantia de permanência na escola e com nível de qualidade equivalente para todos.

O diagnóstico feito pelo Observatório da Equidade (BRASIL, 2009, p. 9) concorda com essa colocação e afirma que os problemas vinculados a “acesso, permanência e desempenho educacional” em todas as etapas de ensino, evidenciam “níveis de desigualdades que desfavorecem as populações da zona rural, os mais pobres, os pretos e os pardos”.

Cabe neste momento, reafirmar a importância e possível impacto das condições de oferta no desempenho do aluno, assim como sua permanência na escola e diante dos dados apresentados e dos estudos citados fica clara a necessidade de se analisar se há equidade de condições de oferta entre escolas de uma mesma cidade (no caso, as do município de Ribeirão Preto).

3 MÉTODO

Este estudo foi desenvolvido dentro de uma abordagem quantitativa e as fontes de dados utilizadas são os dados secundários (microdados) do Censo Escolar 2010 e do Censo Demográfico do ano de 2010 disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente. Para a extração e organização dos dados, foi utilizado o programa IBM SPSS Statistics, conhecido como SPSS.

Para quantificar os insumos oferecidos, tomou-se como ponto de partida a construção de um Índice das Condições de Oferta da Escola (Icoe) a partir dos dados do Censo Escolar 2010, tendo como base o indicador criado por Alves e Passador (2011), bem como as considerações de Carreira e Pinto (2007), em relação ao Custo-Aluno Qualidade inicial (CAQi). O Icoe é composto por características de contexto escolar e condições de oferta de ensino (considerando a estrutura física, disponibilidade de equipamentos entre outros fatores), ou seja, trata-se de uma agregação de variáveis fundamentais na oferta de um ensino de qualidade. O Quadro 1 a seguir apresenta a composição do indicador.

QUADRO 1 – Composição do Icoe

Variável	Critério
Biblioteca/sala de leitura	1 - tem; 0 - não tem
Laboratório de Informática	1 - tem; 0 - não tem
Laboratório de Ciências	1 - tem; 0 - não tem
Quadra de esportes	1 - tem; 0 - não tem
Equipamentos (DVD e copiadora)	1 - possui os dois itens; 0 - algum item em falta
Quantidade de computador para o uso do aluno	0 -- N < 10; 0,5 -- N = 10; 0,75 - > 10 e <= 20; 1 - N > 20
Quantidade de aluno por turma	Proporção de turmas de EF I com alunos/ turma <= 25 e de EF II < 30; variando de 0 a 1
Formação docente	Proporção de docente com formação em nível superior (com ou sem licenciatura): variando de 0 a 1

Para chegar ao valor final do Icoe para cada uma das 83 escolas públicas de Ribeirão Preto, foi atribuído um peso de 50% para os indicadores de infraestrutura e equipamentos (6 primeiros itens do Quadro 1), 25% para a quantidade de alunos por turma e 25% para a formação docente, padronizando o resultado para uma escala de 0 a 10.

Atribuição de pesos diferenciados para as variáveis quantidade de alunos por turma e formação docente justifica-se pela importância que ambas as variáveis possuem no processo educacional. É indiscutível que, a qualidade dos docentes, vista pelo seu nível de formação, tem um impacto significativo nesse processo, sendo ele o responsável direto pela aprendizagem dos alunos. Quanto ao número de alunos por turma, diferentemente do discurso que se ouve com frequência, acredita-se que um número elevado de alunos em uma sala de aula pode afetar, sim, a atuação do professor. Turmas grandes demandam a reorganização do trabalho com as limitações postas pelo grande número de discentes, comprometendo uma relação mais próxima e efetiva entre o professor e seus alunos. Como aponta a sistematização feita por Pinto (2014), há claros indícios de que a qualificação do corpo docente e a redução do número de alunos por turma apresentam um considerável impacto na aprendizagem dos alunos, particularmente para aqueles oriundos de famílias mais pobres. Quanto ao Índice Socioeconômico (ISE) da AP, foi utilizada a média do rendimento mensal *per capita* dos moradores da área.

4 RESULTADOS

4.1 Condições de oferta das escolas de Ensino Fundamental de Ribeirão Preto

Cabe frisar que o que se pretende por meio da análise das condições de oferta no presente estudo é verificar a disponibilidade do insumo e não seu estado de conservação, ou uso efetivo, pois isso requereria outra metodologia.

A Tabela 3 mostra a análise das escolas públicas (estadual e municipal, uma vez que não há instituição federal de Ensino Fundamental no município) no que se refere à disponibilidade de: acesso à internet, biblioteca/sala de leitura, laboratórios de informática e de ciências e quadra de esportes.

TABELA 3 – Presença de insumos de infraestrutura nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Ribeirão Preto. 2010. (em % do total)

Insumos	Escolas	Alunos
Acesso à internet	100	100
Biblioteca/ sala de leitura	85,2	87,2
Laboratório de Ciências	26,1	30,9
Laboratório de Informática	88,6	90,5
Quadra de esportes	95,5	96,6
Total (N)	88	56.521

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010.

Os dados da Tabela 3 confirmam a constatação dos dados nacionais quanto à pequena presença de Laboratório de Ciências. Cabe frisar que a disponibilidade desses insumos é condição necessária, mas não suficiente, de sua utilização e para assegurar um ensino de qualidade.

Quanto à média de alunos por turma no Ensino Fundamental, calculada com base nos dados do Censo Escolar 2010 (INEP/MEC), o valor foi de 31 para a rede estadual e de 29 para a rede municipal, enquanto na rede privada esse número é de 20. Esse dado evidencia uma sobrecarga de trabalho para os docentes da rede pública.

Essa tendência pode ser observada também na Tabela 4 na qual se analisa como as escolas se encontram frente ao atendimento do critério de qualidade referente ao número de alunos por turma (menor ou igual a 25 alunos por turma para anos iniciais e menor ou igual a 30 alunos por turma para anos finais) que é o critério do CAQi, como já comentado. O percentual de escolas que atendem a esses critérios básicos foi discriminado por anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

TABELA 4 – Turmas de Ensino Fundamental da rede pública de Ribeirão Preto quanto ao atendimento dos critérios estipulados de número de alunos por turma – 2010

Atendimento do critério (índice alunos por turma)	Turma EF anos iniciais	Turma EF anos finais	Total
Sim	33	25,8	53,9
Não	67	74,2	46,1
Total (N)	996	903	2.916

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010.

Os dados apontam que, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, apenas um terço das turmas atendem o critério estabelecido e, para os anos finais, somente cerca de um quarto das turmas atendem o padrão de no máximo 30 alunos por turma, que ainda é um número significativo de alunos por turma, quando se pensa em qualidade. Uma possível explicação para esses baixos percentuais encontra-se no esforço de reduzir custos por parte dos administradores públicos, ainda mais, considerando-se que, no modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os valores transferidos aos estados e municípios têm por base a matrícula. Assim, para fazer o dinheiro do fundo render, prefeitos e governadores são tentados a aumentar o número de alunos por turma.

Já com relação à formação dos 3.151 docentes atuantes no Ensino Fundamental, segundo os dados do Censo Escolar 2010, a ampla maioria (90,7%) possui formação em nível superior completo. No entanto, constatou-se a presença de profissionais com Ensino Fundamental incompleto e Ensino Fundamental completo. O inciso I da Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009 (que alterou o artigo 61 da LDB/1996), estabelece que para atuação no Ensino Fundamental é necessário ter habilitação em nível médio na modalidade Normal, ou superior, ou seja, os casos mencionados acima estão ferindo a legislação e essa situação é preocupante, pois apesar de esse número ser ínfimo (totalizando 0,2%), considerando a importância que se tem na formação do sujeito, acredita-se que o mesmo pode comprometer, direta ou indiretamente, a qualidade do ensino oferecido.

4.2 Icoe e rendimento médio da área de ponderação

A Tabela 5 busca apresentar como o Icoe se distribui considerando o rendimento das famílias. Inicialmente cabe comentar que 60,2% das escolas apresentam um Icoe baixo (1 ou 2), enquanto apenas 15,7% das escolas apresentam um índice igual a 4. Outro dado importante mostra que, das 83 escolas públicas, 52 (62,7%) encontram-se em regiões onde residem as famílias mais pobres (*quartis* 1 e 2 de renda domiciliar). Já quando consideramos a distribuição do Icoe em cada quartil de renda os dados não são tão conclusivos. De toda forma, observa-se uma maior presença de escolas com Icoe 4 entre as famílias de maior quartil de renda. Nesse segmento de renda 20% das escolas possuem Icoe 4, enquanto no quartil de renda 1, o percentual é de 16,7%, e no quartil de renda 2 e 3, ele é de 14,3%. Por

outro lado, quando se analisam as escolas com baixo Icoe em relação à renda das famílias o efeito “escola pobre para os mais pobres” permanece, mas sem ser muito significativo. Assim, observa-se que 30% das escolas onde estudam crianças de famílias com quartil de renda mais alto (4) possuem Icoe igual a 1. Entre as famílias mais pobres (quartil de renda 1) este índice é levemente superior: 33,3%. A presença de escolas com baixo Icoe em bairros de famílias relativamente menos pobres é algo que, de fato, se observa no município, mas se observa também que, muitas vezes, escolas públicas situadas em bairros de classe média são frequentadas por crianças de outros bairros.

TABELA 5 – Icoe da escola de Ensino Fundamental por rendimento domiciliar mensal *per capita* da área de ponderação. Ribeirão Preto. 2010. (em %)

Icoe (quartil)	Rendimento domiciliar mensal <i>per capita</i> (quartil)				Total
	1	2	3	4	
1 (Icoe<5,87)	33,3	28,6	19,0	30,0	27,7
2 (5,87<Icoe<=6,78)	25,0	39,3	33,3	30,0	32,5
3 (6,78<Icoe<=7,54)	25,0	17,9	33,3	20,0	24,1
4 (Icoe>7,54)	16,7	14,3	14,3	20,0	15,7
Total (N)	24	28	21	10	83

Observação: A soma de 100% se verifica nas colunas.

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010 e Censo Demográfico 2010, IBGE.

Cabe também comentar a presença de instituições com maior Icoe (4) em regiões com baixo rendimento mensal, apesar de ser em pequena proporção, como já observado. Esse achado é valioso, pois os moradores de regiões com baixo rendimento podem ter acesso à instituição que oferecem condições potencialmente adequadas de ensino, porém, cabe lembrar que, essa situação mais favorável é atingida por menos de 1/6 das famílias das regiões mais pobres.

A Tabela 6 apresenta os mesmos dados que a tabela anterior, mas agora o percentual foi calculado de forma a analisar a distribuição de escolas por indicador Icoe nas áreas (em linhas). Aqui, mais uma vez, os dados apontam para uma leve tendência de que os bairros com maior renda familiar tenham, proporcionalmente, escolas com Icoe mais elevado, assim como a recíproca também é verdadeira. Dessa forma, observa-se que no quartil de renda 4, que responde por 12% do total de escolas, encontram-se 15,4% das escolas com Icoe 4. Já nos bairros do quartil de renda 1, que respondem por 28,9% do total de escolas, as escolas com Icoe 1 respondem por 34,8% do total nessa categoria. Isso não impede, contudo, como já comentado, a presença de um percentual significativo (30,8%) de escolas com Icoe 4, nesse segmento de renda mais baixa, assim como de escolas com Icoe 1, no quartil de renda mais elevado.

TABELA 6 – Distribuição de escolas públicas de Ensino Fundamental segundo Icoe e rendimento domiciliar mensal *per capita* da área de ponderação. Ribeirão Preto. 2010. (em %)

Icoe (quartil)	Rendimento domiciliar mensal <i>per capita</i> (quartil)				Total (N)
	1	2	3	4	
1 (Icoe<5,87)	34,8	34,8	17,4	13,0	23
2 (5,87<Icoe<=6,78)	22,2	40,8	25,9	11,1	27
3 (6,78<Icoe<=7,54)	30,0	25,0	35,0	10,0	20
4 (Icoe>7,54)	30,8	30,7	23,1	15,4	13
Total	28,9	33,8	25,3	12,0	83

Observação: A soma de 100% se verifica nas linhas.

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010 e Censo Demográfico 2010, IBGE.

A Figura 1, a seguir, retrata a divisão do município em 4 níveis, de acordo com o rendimento médio mensal da área de ponderação e com a identificação de instituições públicas classificadas em 4 níveis segundo o Icoe.

Pode-se observar na figura que a maioria das escolas públicas mapeadas localiza-se nas regiões mais carentes da cidade, o que reforça a noção de que as escolas públicas são voltadas para atender a demanda da população carente. Por outro lado, essa distribuição aparentemente segue a distribuição populacional, ou seja, nas regiões mais densamente povoadas há uma tendência a existir mais escolas públicas.

Nas regiões mais pobres (níveis 1 e 2) embora existam escolas com Icoe elevado (como por exemplo, na AP 17), predominam escolas com Icoe 1 e 2.

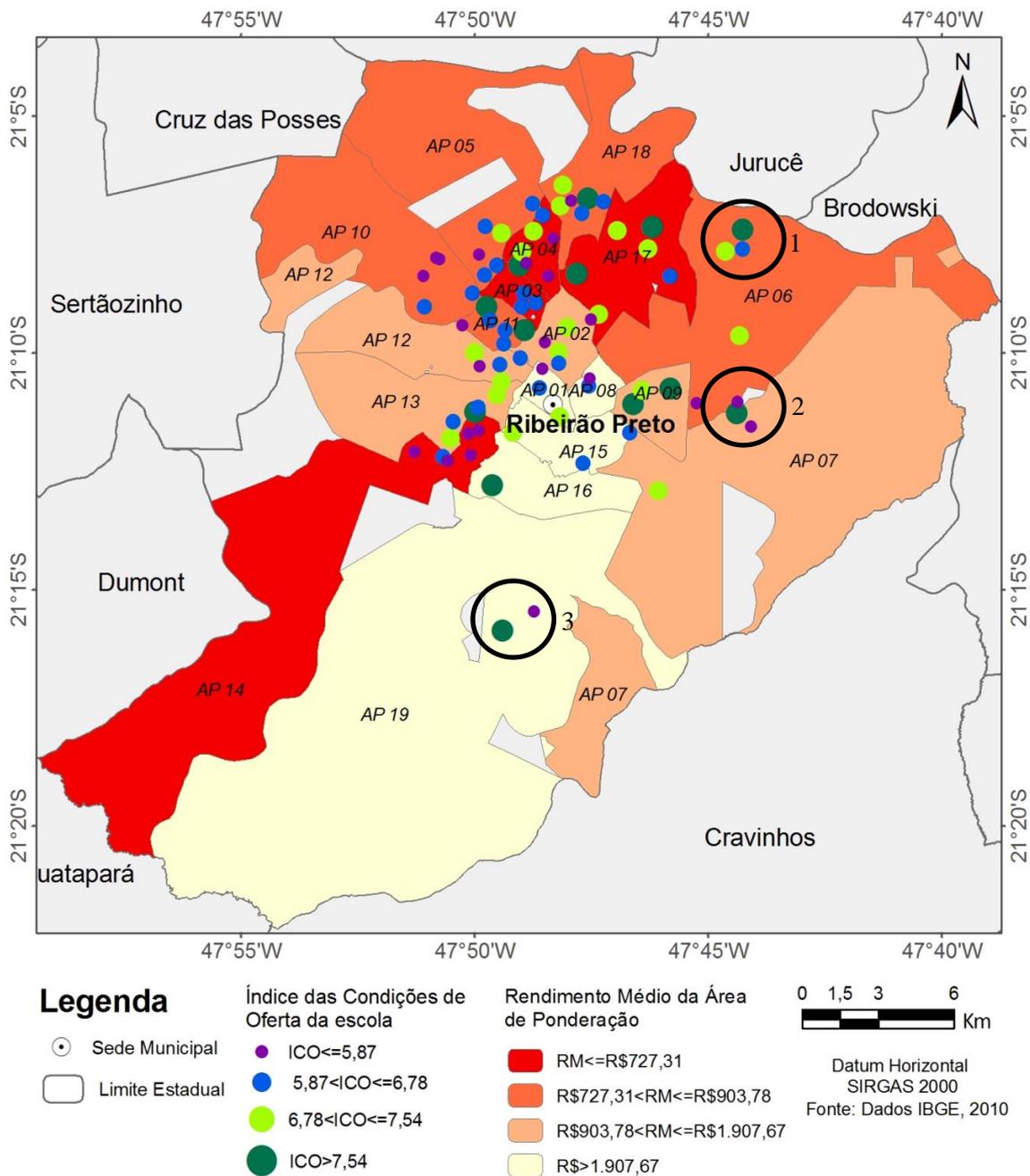


FIGURA 1 – Índice das Condições de Oferta das escolas públicas por Área de Ponderação segundo rendimento médio domiciliar mensal *per capita*. Ribeirão Preto. 2013.

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, Inep/MEC, 2010 e Censo Demográfico 2010, IBGE.

Outra questão que chama a atenção é a proximidade espacial de escolas com melhor e pior condição de oferta. Para aprofundar essa análise, foram selecionados dois grupos nessa situação (círculos 1 e 2 da figura). No caso do primeiro círculo, as escolas com Icoe 3 e 4 são escolas municipais que oferecem Ensino Fundamental completo e aquela com Icoe 1 é escola estadual de anos finais. O fator que pode ter influenciado na diversidade do indicador é o percentual de turmas da instituição que atendem o número ideal estabelecido no Quadro 1, pois enquanto nas primeiras, 23% e 54% das salas respeitavam o número de alunos por turma, na última, não teve nenhuma turma, o que indica uma clara degradação da rede estadual de ensino, particularmente no que se refere às condições de trabalho docente.

Esse fato foi constatado também no círculo 2, em que todas as três escolas oferecem Ensino Fundamental completo, sendo que as duas localizadas mais acima no mapa são municipais, enquanto que a outra, localizada na parte inferior, pertence à rede estadual, sendo a proporção de turmas com critério atendido: 35%, 56% e 17% respectivamente.

A presença de escolas próximas com índices tão distintos tende a levar a uma segmentação entre as famílias que frequentam as escolas; surgindo uma “escola boa”, para onde as famílias mais articuladas (e geralmente com nível de renda mais elevado) buscam levar seus filhos, e uma “escola ruim”, que é a escola das famílias com menor capacidade de mobilização.

Assim como outras escolas, uma das escolas cercadas pelo terceiro círculo apresenta o Icoe 4, sendo este maior índice “puxado” pela melhor relação aluno por turma, bem superior àquele observado em casos citados acima: 79% das turmas da instituição respeitam o número máximo estabelecido. Como se observa no mapa, trata-se de uma escola situada na região mais afluenta da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos no presente estudo ressaltam a precariedade do ensino público oferecido no município de modo geral e apontam para o fato de que as escolas situadas nas regiões mais carentes (baixo rendimento mensal *per capita*) do município tendem a apresentar piores condições de oferta (baixos indicadores de Icoe), em especial no que se refere à razão de alunos/turma e infraestrutura. Por outro lado, mesmo em pequeno número, a presença de unidades escolares com melhores condições de oferta (que apresentam um melhor valor do Icoe) em áreas carentes de recursos e, provavelmente de serviços públicos de qualidade, foi uma descoberta valiosa, pois pode indicar uma preocupação equalizadora da política educacional. Os dados, contudo, parecem apontar certa segmentação entre escolas de uma mesma região, convivendo com certa proximidade, escolas com condições bem distintas de Icoe. Isso pode indicar que as famílias com um pouco mais de recursos “escolhem” uma escola da região, obviamente aquela melhor estruturada, para matricular seus filhos, mas essa hipótese ainda carece de novos estudos para sua verificação.

Levando em consideração a concepção de exclusão como inclusão precária do sujeito, pode-se afirmar que ainda há muitos sujeitos excluídos (no caso do presente trabalho, crianças e adolescentes atendidos nas instituições públicas de Ensino Fundamental com baixo valor do Icoe), uma vez que, apesar do esforço notado na legislação brasileira, especificamente no que se refere à ampliação do acesso ao ensino, nem todos têm acesso a uma escola com condições de oferta de um ensino de qualidade, não prevalecendo um enfoque equitativo nas políticas públicas.

Essa situação evidencia a dificuldade da política educacional do município (e do Estado, no caso de escolas estaduais) em atuar de forma a reduzir as desigualdades decorrentes do nível socioeconômico das famílias (as famílias mais ricas tendem a morar em regiões com mais serviços públicos em que se encontram escolas com melhores condições de ofertas), assim como a necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de diferentes naturezas no âmbito escolar, na perspectiva de se atender o princípio constitucional que determina a igualdade de oportunidades educacionais, como defendem, entre outros, Carreira e Pinto (2007), além de oferecer um ensino de qualidade para todos.

A atuação ativa nessa luta requer o aumento do investimento na educação básica, pois muitas questões educacionais, em especial no que se refere às condições de oferta, estão diretamente vinculadas a um financiamento adequado, e, como se sabe, não se faz uma escola de qualidade apenas com o reconhecimento social. Dito isto, pode-se concluir que o valor destinado a essa área ainda não é suficiente para garantir as condições igualitárias de oferta, muito menos para assegurar a igualdade de oportunidade, pois como afirma Dubet (2008), o cumprimento do primeiro é a condição necessária para a busca do segundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; GOUVÊA, Maria Aparecida; VIANA, Adriana Backx Noronha. O nível socioeconômico dos alunos das escolas públicas e as condições de oferta de ensino nos municípios brasileiros. **Arquivos analíticos de políticas educativas**. v. 20, n. 2, jan. 2012.

ALVES, Thiago; PASSADOR, Cláudia Souza. **Educação pública no Brasil: a origem socioeconômica dos alunos e as condições de oferta de ensino no contexto da avaliação da educação básica**. São Paulo: Annablume, 2011. 210p.

ARAÚJO, Carlos Henrique; CONDE, Frederico Neves; LUZIO, Nildo. Índice de Qualidade da Educação Fundamental (IQE): proposta para discussão. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 85, n. 209-211, p. 126-136, jan./dez. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Observatório da Equidade. **As desigualdades na escolarização no Brasil**. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009. 56 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112014.htm. Acesso em: 18 ago. 2011.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007. 128p.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Maria Carmelita Yazbek. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 15-48.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 48, p. 207-222, dez. 2008. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v12n38/v12n38.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – especial, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf> Acesso em: 25 mar. 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010**: referência da área de ponderação. Arquivo anexo a pasta de microdados. 2011.

MOSNA, Rosa Maria Pinheiro. **Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional**: uma análise a partir de escolas da rede municipal de Porto Alegre. 2008, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 28, p. 5-24. jan./abr. 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma proposta de custo-aluno-qualidade inicial na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 22, n. 2, p. 197-227, jul./dez. 2006.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 19, 20p, abr. 2014. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n19.2014>

PINTO, José Marcelino de Rezende; ALVES, Thiago. O Impacto Financeiro da Ampliação da Obrigatoriedade Escolar no Contexto do FUNDEB. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 36, n. 2, 2011.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, ONU-Habitat. **Estado de las ciudades de América Latina y Caribe 2012**: rumbo a una nueva transición urbana. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Habitat. ago. 2012. 196 p.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Kátal**, Florianópolis. v. 13, n. 2, p. 155-163. jul./dez, 2010.

SPÓSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. In: **Revista USP**, n. 1, mar./maio, 2003.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro possibilitou a realização deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Aos colaboradores pela contribuição valiosa e imprescindível para elaboração deste trabalho.

ⁱ Trata-se de resultado final da pesquisa concluída, financiada pelas agências: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O trabalho foi apresentado no 11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste e para elaboração do presente artigo, foi feita modificações necessárias.

ⁱⁱ É uma cidade do interior de São Paulo com cerca de 600 mil habitantes.

ⁱⁱⁱ Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP, 2011, p. 17) área de ponderação é “uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo”. Dentro das possibilidades de análise em diferentes escalas geográficas, optou-se por utilizar a área de ponderação (decisão tomada a partir do contato com o funcionário do IBGE do município, assim como de conversas com o orientador e outros colaboradores), justamente por apresentar a confiabilidade dos dados ao passar por tratamento estatístico, como mencionado acima, e por facilitar a análise comparativa entre diferentes áreas.

^{iv} O grau de desigualdade no Brasil destaca-se mesmo entre os países da América Latina e do Caribe, classificando-se como o quarto país mais desigual em termos de distribuição de renda nessa região, ficando atrás apenas de “Guatemala, Honduras” e “Colômbia, todos eles com um coeficiente [Gini] acima de 0,56”. (ONU-HABITAT, 2012, p. 45)

Como citar este documento:

SONOBE, Aline Kazuko; PINTO, José Marcelino Rezende. Qualidade e equidade das condições de oferta no ensino fundamental. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 42-57, jan./abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6869>>. Acesso em: 29 abr. 2015.
